

Incompreensão e desalinhamento teórico-metodológico como possíveis entraves à prática de análise linguística em sala de aula
Incomprehension and theoretical-methodological misalignment as possible obstacles to the practice of linguistic analysis in the classroom

Camilla Maria Martins Dutra*
Laura Dourado Loula**

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar os (des)alinhamentos entre as concepções de gramática e de análise linguística. Teoricamente fundamentados em Possenti (2006), Travaglia (2009), Geraldi (1984,1997), Mendonça (2006), Perfeito (2005), analisamos as concepções de gramática e de análise linguística apresentadas por 21 professores da cidade de Campina Grande-PB. Os resultados apontam contradições teórico-metodológicas nas respostas dos professores em virtude do desconhecimento da proposta de análise linguística. Desse modo, acreditamos que este trabalho pode contribuir para uma reflexão sobre um dos possíveis entraves à operacionalização da prática de análise linguística e, conseqüentemente, para uma rediscussão da implementação efetiva da proposta em sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Concepções de Gramática. Análise Linguística. Formação de professor. Ensino. Desalinhamentos.

ABSTRACT: This article aims to analyze the (dis) alignments between the conceptions of grammar and linguistic analysis. Theoretically based on Possenti (2006), Travaglia (2009), Geraldi (1984,1997), Mendonça (2006), Perfeito (2005), we analyze the conceptions of grammar and linguistic analysis presented by 21 teachers from the city of Campina Grande-PB. The results point to theoretical and methodological contradictions in the teachers' responses due to the lack of knowledge of the proposed linguistic analysis. In this way, we believe that this work can contribute to a reflection on one of the possible obstacles to the operationalization of the linguistic analysis practice and, consequently, to a re-discussion of the effective implementation of the proposal in the classroom.

KEYWORDS: Conceptions of Grammar. Linguistic Analysis. Teacher training. Teaching. Misalignments.

1. Introdução

O que é análise linguística¹? A análise linguística exclui o trabalho com as categorias da gramática normativa? Houve de fato uma apreensão satisfatória da proposta de análise

* Professora. Mestre em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (Proling) da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil, camillinhaa@hotmail.com.

** Professora Assistente da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Doutora em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (Proling) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil. douradoloula@gmail.com

¹ Embora Bezerra e Reinaldo (2013) esclareçam que, antes dos anos 2000, a análise linguística era utilizada em coocorrência com descrição linguística, adotamos para este trabalho a acepção amplamente difundida a partir dos

linguística por parte dos professores? Há desalinhamentos entre a concepção de gramática e a prática de análise linguística no discurso do professor? A busca de respostas a essas perguntas justifica a pertinência deste trabalho.

Com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) os documentos oficiais passaram a recomendar a articulação entre leitura, análise linguística e produção textual. No entanto, o trabalho nessa perspectiva nas aulas de Língua Portuguesa ainda se mostra pouco expressivo. Nesse contexto, os PCN propõem o eixo da reflexão sobre a língua ou da prática de análise linguística, que corresponderia ao estudo das práticas de linguagem associado aos saberes gramaticais. Nessa proposta, espera-se que a gramática seja estudada no texto e que seja extinto o estudo dela de forma descontextualizada.

De acordo com Aparício (2006), a proposta dos PCN, no que se refere ao ensino de gramática, funciona como uma resposta às críticas feitas ao ensino tradicional de gramática nas décadas de 1980 e 1990. Uma das críticas mais contundentes refere-se, por exemplo, ao estudo desarticulado entre uso e reflexão sobre a língua, o que acaba por promover no aluno uma visão equivocada de independência entre o uso real da língua e os conteúdos de gramática.

A razão desse e de outros problemas relacionados ao ensino gramatical talvez resida no fato de que os conteúdos para as práticas do eixo “reflexão sobre a língua ou prática de análise linguística” exijam uma compreensão mais acurada dos professores e implicam uma rediscussão do ensino de gramática em geral. Desse modo, para que se observe em sala de aula um trabalho que contemple, de modo sistematizado, a Análise Linguística (doravante AL), é necessário que os professores, tanto em formação inicial quanto em formação continuada, tenham acesso a esses conhecimentos, sobretudo, na fase de formação inicial. É, pois, de extrema relevância refletir sobre como tal questão vem sendo tratada, tanto no ambiente escolar, quanto nos cursos de formação de professores.

Assim, esse trabalho se desenvolve a partir do seguinte questionamento: Qual o conceito de gramática e de Análise Linguística adotados pelos professores de Língua Portuguesa de um grupo de 9 escolas da cidade de Campina Grande? O objetivo desse trabalho reside, pois, em refletir sobre a percepção que 21 professores participantes desta pesquisa têm sobre a prática de Análise Linguística e sobre a gramática em 9 escolas de Campina Grande. A necessidade de

anos 2000, com a publicação dos PCN: análise linguística como alternativa metodológica de ensino. Nessa perspectiva, a análise linguística tem a função tanto de caracterizar o gênero textual como de constituir-se como ferramenta para o ensino de língua.

parearmos os conceitos de gramática e de AL se justifica na medida em que compreendemos que a concepção de gramática que o professor possui determina o modo como ele concebe a AL.

Para tanto, este trabalho encontra-se dividido em duas seções, além desta introdução. Na seção 2, discutimos alguns pressupostos teóricos referentes aos conceitos de gramática, nos quais nos baseamos para análise de dados. Na seção 3, apresentamos a análise dos dados, onde discutimos as concepções de gramática e de AL apresentadas pelos professores. Por fim, tecemos as considerações finais.

2. Concepções de gramática e a proposta de AL

De acordo com Possenti (1996) existem três tipos de gramática ou três sentidos para a palavra gramática: gramática normativa, gramática descritiva e gramática internalizada. A gramática normativa diz respeito a um conjunto de regras que devem ser seguidas e tem como objetivo desenvolver nos leitores a habilidade de falar e escrever de modo correto. Com efeito, a gramática normativa apresenta uma infinidade de regras para se aprender a variedade padrão e é reprimida toda realização que foge da norma culta.

A gramática descritiva descreve e/ou explica as línguas tais como elas são faladas e tem como objetivo tornar conhecidas as regras utilizadas pelos falantes. Diferentemente da gramática normativa, a gramática descritiva não tem nenhuma pretensão de ser normativa. Adota-se, portanto, um critério social em detrimento do linguístico e a preocupação não é observar erros, mas as possibilidades de usar uma determinada forma de acordo com a classe social, com o contexto.

Com relação à gramática internalizada, diz respeito ao conjunto de regras que todo falante domina, melhor dizendo, todo usuário da língua possui uma gramática internalizada na mente que lhe permite produzir frases e enunciados, de maneira que são considerados compreensíveis e reconhecidos como pertencentes a uma determinada língua. Se um falante diz “a gente vai ao shopping” ou “a gente vamos ao shopping”, qualquer falante do português sabe que essas duas frases são da Língua Portuguesa, ou seja, não são frases do inglês, espanhol, entre outros. Em suma, o usuário da língua possui regras que lhe possibilitam distribuir as palavras em sequências com sentido. Assim, o falante nativo de uma língua não precisa primeiro estudar as regras que a gramática impõe, pois ele sabe produzir e entender enunciados da sua língua.

Possenti (1996, p. 75) acrescenta que a gramática normativa exclui de sua consideração todos os fatos que divergem da norma padrão, considerando-os erros. Já para a gramática descritiva, nenhum fato é desqualificado como não pertencente à língua, ou seja, nenhuma expressão é considerada como erro, pois ela percebe a língua como variável e o objetivo é observar as regularidades que condicionam a variação. Nesse sentido, o autor propõe que na escola sejam trabalhados os três tipos de gramática, em ordem de prioridade: primeiro se estuda a gramática internalizada, em seguida a descritiva e, por último, a normativa.

Travaglia (2009) também concorda que existem três sentidos para o termo gramática (internalizada, normativa e descritiva). Porém, ele acredita que não basta apenas saber o sentido do termo, é necessário ter conhecimento de outras informações. Nesse âmbito, o autor vai além e amplia o conceito de gramática, quando afirma que é preciso dizer o que se entende por gramática “e, de acordo com cada concepção, o que seria saber gramática e o que é ser gramatical” (Travaglia, 2009, p. 24). Sendo assim, no primeiro sentido, gramática é concebida como um manual de regras de bom uso da língua a serem seguidas por aqueles que querem falar adequadamente. Dessa forma, gramatical diz respeito àquilo que segue regras, que obedece às normas do bom uso da língua. Com relação a essa última, só é aceita a variedade dita padrão, pois todas as outras formas de uso são consideradas desvios, degeneração da língua. Portanto, nessa visão, a gramática é entendida como absoluta e considera agramaticais frases como: “Vi ela na lanchonete” ou “Ele mim pediu emprestado”.

A segunda concepção é a de gramática descritiva, cujo propósito é descrever a estrutura e funcionamento da língua. Gramatical será tudo que atende às regras de funcionamento da língua conforme determinada variedade linguística. Desse modo, as frases ditas no parágrafo anterior são consideradas gramaticais, pois atendem às regras de funcionamento da língua em uma de suas variedades. Nessa visão, saber gramática significa “ser capaz de distinguir, nas expressões de uma língua, as categorias, as funções e as relações que entram em sua construção, descrevendo com elas sua estrutura interna e avaliando sua gramaticidade” (TRAVAGLIA, 2009, p. 27).

A terceira concepção é de gramática como conjunto das regras que o falante aprendeu e das quais lança mão ao falar. Desse modo, saber gramática não depende da escolarização, mas sim da vivência linguística que o falante possui. “Não existem livros dessa gramática, pois ela é o objeto da descrição, daí porque normalmente essa gramática é chamada de gramática internalizada”. (TRAVAGLIA, 2009, p. 29)

Faz-se oportuno esclarecer que não há correspondência direta entre uma dessas concepções de gramática, em específico, e a AL. Poderíamos dizer que a prática de AL se apropria das contribuições das três concepções de gramática, acrescidas das dimensões textuais e discursivas, como podemos observar na definição de AL feita por Mendonça (2006):

Parte de letramento escolar, constituindo numa reflexão explícita e sistemática sobre a constituição e o funcionamento da linguagem nas dimensões sistêmica (ou gramatical), textual, discursiva e também normativa, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de habilidades de leitura/escuta, de produção de textos orais e escritos e de análise e sistematização dos fenômenos linguísticos. (p. 208).

Sendo assim, a AL pode ser apresentada como uma prática de reflexão acerca da organização textual, na qual o sujeito pode comparar, selecionar e avaliar formas linguísticas, textuais e discursivas presentes nas suas produções textuais como uso concreto da linguagem.

O Quadro 1, apresentado por Mendonça (2006), sistematiza e sintetiza, didaticamente, as diferenças entre o ensino de gramática e a prática de análise linguística:

Quadro 1— Diferenças entre ensino de gramática e prática de análise linguística.

ENSINO DE GRAMÁTICA	PRÁTICA DE ANÁLISE LINGUÍSTICA
Concepção de língua como sistema, estrutura invariável e inflexível.	Concepção de língua como ação interlocutiva situada, sujeita a interferência dos falantes.
Fragmentação entre os eixos de ensino: as aulas de gramática não se relacionam necessariamente com as de leitura e de produção textual.	Integração entre os eixos de ensino: a AL é ferramenta para a leitura e a produção de textos.
Metodologia transmissiva, baseada na exposição dedutiva (do geral para o particular, isto é, das regras para o exemplo) + treinamento.	Metodologia reflexiva, baseada na indução (observação dos casos particulares para a conclusão das regularidades/regras).
Privilégio das habilidades metalinguísticas.	Trabalho paralelo com habilidades metalinguísticas e epilinguísticas.
Ênfase nos conteúdos gramaticais como objetos de ensino, abordados isoladamente e em sequências mais ou menos fixa.	Ênfase nos usos como objetos de ensino (habilidades de leitura e escrita), que remetem a vários outros objetos de ensino (estruturais, textuais, discursivos, normativos), apresentados e retomados sempre que necessário.
Centralidade da norma-padrão.	Centralidade no efeito de sentido.
Ausência de relação com as especificidades dos gêneros, uma vez que a análise é mais de cunho estrutural e,	Fusão com o trabalho com os gêneros, na medida em que contempla justamente a

quando normativa, desconsidera o funcionamento desses gêneros nos contextos de interação verbal.	intersecção das condições de produção dos textos e as escolhas linguísticas.
Unidades privilegiadas: a palavra, a frase e o período.	Unidade privilegiada: o texto.
Preferência pelos exercícios estruturais, de identificação e classificação das unidades/funções morfossintáticas	Preferência por questões abertas e atividades de pesquisa, que exigem comparação e reflexão sobre adequação e efeitos de sentido.

Fonte: Mendonça, 2006, p. 207.

Percebe-se, pois, que a distinção fundamental entre o “Ensino de Gramática” e a “Prática de Análise Linguística” reside na concepção de língua adotada: enquanto o “Ensino de gramática” compreende a língua como sistema, estrutura invariável e inflexível, a “Prática de análise linguística” adota uma concepção de língua como ação interlocutiva situada, sujeita às interferências dos falantes. Em decorrência disso, enquanto o primeiro trabalha com as concepções de gramática normativa e descritiva, com ênfase nas habilidades metalinguísticas, a segunda contempla as três concepções de gramática (normativa, descritiva e internalizada), com ênfase nos usos como objetos de ensino (habilidades de leitura e escrita), que remetem a vários outros objetos de ensino (estruturais, textuais, discursivos, normativos), apresentados e retomados sempre que necessário. As concepções de língua e de gramática assumem, pois, um caráter decisivo em cada proposta: são elas que nortearão todas as ações pedagógicas no ensino de língua, desde a definição dos objetos, objetivos, unidades de análise até os diversos aspectos metodológicos (dos mais gerais aos mais particulares) constitutivos do fazer docente.

Em consonância com Mendonça (2006), Perfeito (2005) caracteriza a AL como uma atividade reflexiva e, portanto, epilinguística, dos sujeitos-aprendizes no que tange à movimentação de recursos gramaticais, lexicais e textuais, referentes ao contexto de produção e aos gêneros veiculados no processo de leitura, de construção e de reescrita textual. Todos esses processos são mediados pelo professor. Conforme aponta a mesma autora

A prática de análise linguística deve ser levada em dois momentos: na mobilização dos recursos linguístico-expressivos, propiciando a coprodução de sentidos no processo de leitura; no momento da reescrita textual, local de análise da produção de sentidos, de aplicação de elementos referentes ao arranjo composicional às marcas linguísticas (do gênero) e enunciativas (do sujeito autor), de acordo com o gênero(s) selecionado(s) e com o contexto de produção, na elaboração do texto. E, desse modo, oportunizar a maior abordagem de aspectos formais e da coerência (progressão, retomada, relação

de sentido e não-contradição), sempre de acordo com a situação de comunicação, socialmente produzida. (PERFEITO, 2005, p.60).

Essa autora (op. cit, p. 61) acrescenta que a AL se dá no sentido de se observar, em um texto, o arranjo textual e as marcas linguístico-enunciativas, vinculadas às condições de produção (interlocução, suporte, possíveis finalidades, data de publicação, circulação) no processo de construção de sentidos.

Bezerra e Reinaldo (2013), analisando as contribuições dos autores citados, afirmam que a AL é uma alternativa metodológica de ensino, ou seja, diz respeito a uma reflexão (epilinguística e metalinguística) que adiciona aos estudos gramaticais novos conteúdos referentes ao texto, que vão além da substituição da frase pelo texto, ocasionando mudanças mais amplas com contribuições das teorias do gênero.

As autoras acrescentam que, “com esse ponto de vista, a análise linguística circunscrita simplesmente à prescrição gramatical, enfatizando a palavra e a frase, cede espaço para o texto e se constitui um recurso para a reflexão sobre leitura, escrita e o próprio fenômeno linguístico”. Sendo assim, na perspectiva da AL, as questões de gramática, antes apresentadas em frases soltas, agora vêm acompanhadas de textos, e a preocupação dos professores deve ir além de verificar se os alunos sabem identificar/classificar sujeito, verbo, advérbio, por exemplo. O objetivo das aulas de língua portuguesa é proporcionar ao aluno atividades que desenvolvam uma reflexão sobre o uso da língua.

Diante dessas definições de AL, percebemos que os autores a entendem como uma proposta que gera mudanças nas práticas escolares, no que diz respeito ao ensino de gramática nas aulas de português. Assim sendo, AL define-se por uma atividade reflexiva sobre a língua e a linguagem, que permite ao sujeito o desenvolvimento da competência comunicativa e discursiva para falar, escutar, ler e escrever nas diferentes situações de comunicação.

Na sequência, procedemos à identificação das concepções de gramática e de AL dos professores participantes.

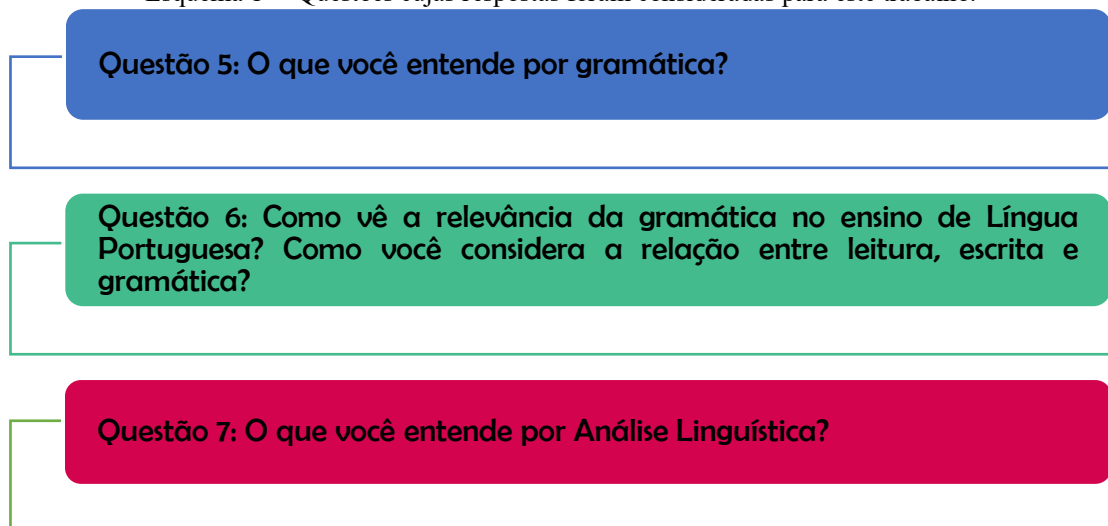
3. As concepções de gramática e de AL dos professores participantes

Nesta análise, objetivamos identificar como os professores conceituam gramática e AL, a fim de verificarmos se há uma relação ou contradição entre os termos, haja vista que as concepções de língua e de gramática adotadas pelo professor determinarão o modo como ele concebe a AL.

Os participantes da pesquisa correspondem a 21 professores de Língua Portuguesa de 9 escolas da cidade de Campina Grande/PB. Foram selecionadas três escolas municipais, três estaduais e três particulares, com o intuito de garantir a abrangência de todos os ensinos e não limitar a pesquisa a apenas a um tipo de ensino/escola. Do total de 21 professores participantes, 10 professores atuam na rede particular, 3 na rede municipal e 8 na rede estadual. É relevante destacar que todos os professores concluíram o Curso de Licenciatura em Letras (em diferentes universidades), entre o período de 1996 a 2013 e, no momento da geração de dados, atuavam no Ensino Fundamental e Médio, com variação no tempo de atuação.

O *corpus* para análise é constituído de 3 das 8 perguntas do questionário, (questões 5, 6 e 7). Esse recorte se justifica pelo fato de dar conta de responderem aos objetivos propostos, visto que são as questões referentes às concepções de gramática e AL:

Esquema 1— Questões cujas respostas foram consideradas para este trabalho.



Fonte: elaborado pelas autoras.

Sendo assim, a análise está organizada em dois blocos: o primeiro bloco é referente às concepções de gramática (Questões 5 e 6) e o segundo diz respeito às concepções AL (Questão 7), como demonstram os tópicos a seguir.

3.1 Concepções de gramática

Com relação à concepção de gramática, identificamos duas concepções nas respostas dadas ao questionário pelos professores: gramática normativa e descritiva.

Gramática Normativa

A primeira concepção foi identificada nas respostas dadas ao questionário por 11 professores, que concebem a gramática como conjunto de regras/normas a serem seguidas por aqueles que desejam fazer uso adequado da língua, de acordo com a norma padrão. As respostas transcritas a seguir são representativas dessa primeira concepção de gramática.

Questão 5: O que você entende por gramática?

P5: “Conjunto de regras, onde o aluno é sujeito paciente e que muitas vezes apenas as decodifica.”

P12: “Conjunto de classes e de regras, com suas muitas exceções, que nos permitem escrever de acordo com a norma culta, além de nos fazer refletir sobre o uso da língua.” P16: “É o estudo das normas linguísticas.”

P17: “Inicialmente esse termo gramática está descontextualizado do uso funcional da língua porque restringe os estudos linguísticos à “normas”, ao uso técnico da linguagem. A gramática é o conjunto de normas e regras que regem uma língua, enquanto idioma. O termo Análise linguística é mais adequado.”

P21: “Estudo estrutural da língua. Elemento norteador para o bem falar e escrever. Gramática não é o essencial para compreensão e domínio da língua, mas é necessário. Ler e escrever bem demandam conhecimento de língua padrão, portanto, ainda não podemos dissociar a gramática das aulas de língua Portuguesa.”

Verificamos que essas respostas apontam para uma concepção de gramática normativa, ou seja, conjunto de normas a serem seguidas para o bem falar e escrever de acordo com a norma culta da língua. Essa afirmação é representada, por exemplo, de forma mais genérica na resposta de P16 “É o estudo das normas linguísticas.” e na resposta de P21, em que concebe a gramática como ferramenta para escrever e falar corretamente. Pode-se verificar que P21 demonstra apreço pelas regras que seguem a norma padrão, haja vista que acredita que elas irão conduzir o falante a obter sucesso nas habilidades do bem falar e escrever. Apesar de não considerar a gramática como a única ferramenta essencial para compreensão e domínio da língua, ela é vista como fundamental em momentos em que se precisa utilizar a fala e a escrita “corretamente”.

P12, por sua vez, inicialmente segue a mesma concepção de gramática normativa apresentada por P21. No entanto, na sequência de sua resposta, apresenta uma concepção reflexiva de gramática, contrária à mencionada anteriormente, quando afirma “*além de nos fazer refletir sobre o uso da língua*”, (ou seja, gramática implica reflexão). Nesse sentido, podemos dizer que a resposta dada por P12 apresenta dúvidas sobre sua concepção de

gramática. Há, portanto, uma mistura de definições, porém, quando confrontamos o conceito de gramática com a concepção de AL desse mesmo professor. Torna-se evidente sua concepção de gramática normativa, como veremos no tópico 3.2.

De modo geral, as respostas desse bloco corroboram a visão de gramática como um conjunto de normas para o uso “correto” da língua e associam a gramática ao emprego da norma culta da língua. Tal reducionismo da gramática, embora preocupante para os linguistas, constitui-se uma realidade no ensino-aprendizagem de língua materna. P5, por exemplo, ao afirmar que o aluno muitas vezes apenas decodifica as regras da gramática, valida a constatação feita por Neves (2002) de que no ensino de Língua Portuguesa os alunos são expostos a regras para serem memorizadas (nomenclaturas e definições), sem que haja reflexão, sendo eles, portanto, meros repetidores.

No que diz respeito à resposta dada por P17, percebemos que ele tenta mascarar sua concepção de gramática. O início da sua fala até sugere uma concepção de gramática descritiva, mas essa visão é desconsiderada logo na sequência. Apesar de criticar, a princípio, o estudo tradicional da gramática (descontextualiza do seu uso), verificamos que sua definição está arraigada na concepção de gramática normativa, ou seja, gramática como sinônimo de norma. Isto implica dizer que P17 não consegue se desvencilhar do conceito normativo de gramática.

Desse modo, verificamos que essas respostas estão em consonância com o conceito de gramática normativa apresentado por Possenti (1996) e Travaglia (2009), quando afirmam que a gramática é o conjunto de regras a serem seguidas pelo falante com o objetivo de desenvolver as habilidades de falar e escrever bem de acordo com a norma culta.

Gramática Descritiva

A segunda concepção foi identificada nas respostas de 5 professores, que concebem a gramática como descrição da língua (sem juízos de valor), ou seja, as estruturas linguísticas não são consideradas “certas” ou “erradas”, mas “adequadas” ou não, de acordo com a classe social, o contexto, conforme podemos observar nos recortes representativos desse conjunto abaixo:

Questão 5: O que você entende por gramática?

P1: “Gramática como estrutura e funcionamento da língua.”

P6: “ ‘normativa’, ‘descritiva’, ‘prescritiva’, ‘textual’..., qualquer que seja o ‘postulado’ ou definição, entendo que o termo ‘gramática’ contempla um conjunto de preceitos linguísticos que objetivam analisar, orientar ou sistematizar as mais diversas formas de estrutura e uso da língua, nas diferentes situações de

comunicação, considerando o falante como agente do seu próprio discurso.”

P13: “Do ponto de vista normativo, conjunto de regras que descrevem e direcionam o uso da norma culta. Mas, considerando todas as variedades da língua, conjunto de regras internas ou não que direcionam o uso da língua no processo de comunicação.”

P19: “É o conjunto de regras de uma língua, um sistema que padroniza o uso da língua. O conceito de gramática pode ser lido de outras formas dependendo do seu aspecto contextual.”

As respostas desse bloco dialogam com a concepção de Travaglia (2009), para quem a gramática descritiva “faz uma descrição do funcionamento e estrutura da língua” (TRAVAGLIA, 2009, p. 27). Assim, para P1, a gramática é a ferramenta que descreve a estrutura e o funcionamento da língua. P6, por sua vez, segue essa mesma noção, na medida em que, ao definir gramática, faz menção à estrutura e ao uso da língua e às diferentes situações de comunicação (contexto). Nesse sentido, gramática é entendida como descrição dos fatos da língua, de modo que a cada fato é permitido associar uma descrição estrutural e estabelecer suas regras de uso, ou seja, para esse professor, gramática corresponde à descrição da estrutura e funcionamento (uso) da língua, de sua forma e função, de acordo com o contexto, com determinada situação de comunicação. No entanto, observamos que P6 também adota uma concepção de gramática internalizada, ao mencionar “*orientar ou sistematizar as mais diversas formas de estrutura e uso da língua*” e “*considerando o falante como agente do seu próprio discurso*”. Percebemos, pois, que P6 concebe a gramática como sistematização das estruturas da língua, ou seja, todo falante já possui essas regras sistematizadas em sua mente (organização das sílabas, palavras, frases) e, ao dizer que o falante é agente do seu próprio discurso, ratifica que o sujeito já possui suas regras gramaticais na mente, e, portanto, é considerado falante de sua língua.

De modo semelhante, P13, ao conceituar gramática, segue uma visão descritiva de língua, uma vez que em sua resposta menciona que a gramática descreve, bem como cita que se considerem todas as variedades da língua. Assim, observamos uma consonância com a definição de gramática descritiva, haja vista que tal gramática descreve a língua, considerando todas as variedades linguísticas de acordo com a situação de comunicação. No entanto, na sequência de sua resposta, ao afirmar que a gramática diz respeito ao “(...) *conjunto de regras internas ou não que direcionam o uso da língua no processo de comunicação*”, P13 aproxima-se do conceito de gramática internalizada.

Por fim, P9 demonstra também seguir essa mesma perspectiva de gramática descritiva, uma vez que menciona “*um sistema que padroniza o uso da língua*” (ou seja, gramática descrita conforme o contexto de uso). Além disso, ao citar o aspecto contextual, reafirma estar remetendo à gramática descritiva.

Desse modo, observamos que essas respostas estão em conformidade com a definição de gramática descritiva apresentada por Possenti (1996) e Travaglia (2009), quando afirmam que a gramática é o conjunto de regras que descrevem a língua, sem prescrever regras de utilização.

Respostas abrangentes

Dentre as respostas analisadas, duas delas se particularizaram pela abrangência na definição de gramática, não sendo possível, portanto, classificá-las em nenhum dos dois grupos acima. Vejamos:

Questão 5: O que você entende por gramática?

P2: “Um compêndio de normas e regras da língua portuguesa, que preconiza pontos para o estudo.”

P7: “O termo gramática é muito abrangente, contudo o mesmo - quase sempre – está associado as normas da língua, daí nas escolas a presença da “ gramática normativa”, mas há outras e devem ser consideradas para, só assim, conceituar o termo em questão.”

Com relação às respostas dadas por P2 e P7, respectivamente, podemos depreender que, para eles, a gramática diz respeito a um compêndio (livro) composto pelas regras que instruem o falante para o uso da língua. No entanto, como afirma Antunes (2007), a gramática como sinônimo de livro pode representar as regras que definem o que é certo e errado na língua (gramática normativa), ou mostra como ela pode ser utilizada sem juízo de valor (gramática descritiva). Sendo assim, é preciso que observemos como esses professores veem a relevância da gramática nas aulas de Língua Portuguesa, para que, posteriormente, entendamos a que gramática esses professores estão se referindo. Nesse sentido, recuperamos as respostas dadas por esses mesmos professores à Questão 6, com o intuito de procedermos a uma análise mais acurada.

Observemos as respostas a seguir:

Questão 6 : Como vê a relevância da gramática no ensino de Língua Portuguesa?

Como você considera a relação entre leitura, escrita e gramática?

P2: A gramática deve ter o seu lugar nas aulas/ no ensino; os alunos precisam saber as normas e regras que se aplicam ao português formal. As atividades de leitura, escrita e gramática devem estar interligadas. ”

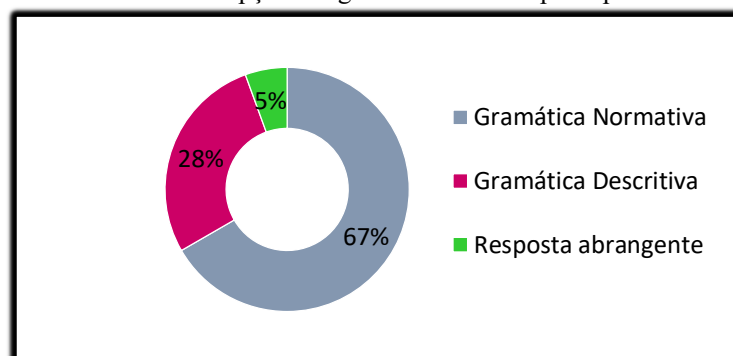
P7: “Acredito que é importante o estudo da gramática, na escola, o que não podemos ter é uma prática pedagógica normativista, evitando desse modo o ‘preconceito’ linguístico diante das outras variantes da língua. Nesse sentido, é importante ter conhecimentos das variadas correntes teóricas da linguística para que ele estabeleça uma concepção de língua e linguagem e assim pautar sua prática. Um bom começo seria ler o livro ‘ Por que (não) ensinar gramática na escola ‘ de Possenti.

Podemos dizer que P2 remete a uma concepção de gramática normativa, pois afirma que os alunos precisam saber as normas e regras que se aplicam ao português formal, ou seja, P2 concebe a gramática como conjunto de regras para o uso “adequado” da língua padrão. Desse modo, verificamos que, para ele, saber gramática significa saber empregar as regras da norma culta. Considerando esse fator, P2 se encaixa, portanto, no primeiro grupo, cuja concepção de gramática é equivalente à da gramática normativa.

Diante da abrangência da resposta de P7 sobre como vê a relevância do ensino de gramática nas aulas de Língua Portuguesa, percebemos que, diferentemente de P2, P7 é contrário à concepção normativa de gramática, uma vez que afirma que “(...)o que não podemos ter é uma prática pedagógica normativista(...)”. No entanto, acreditamos que ele tanto pode possuir uma visão de gramática internalizada, quanto descritiva. Desse modo, podemos depreender que P7 dá indícios de não ser normativo, todavia não estabelece qual a perspectiva de gramática adota.

Para melhor compreensão dos dados, o *Gráfico 1* abaixo representa em porcentagem as concepções de gramática identificadas em nosso estudo:

Gráfico 1— Concepções de gramática adotada pelos professores.



Fonte: elaborado pelas autoras.

A proporção de 28% para a concepção de gramática descritiva e de 67% para a concepção de gramática normativa assumida pelos professores é bastante significativa e faz suscitar questionamentos, inclusive, relativos à formação docente recebida pelos professores. Considerando que a década de 1980 é marcada como o início do movimento de renovação do ensino de Língua Portuguesa para o ensino fundamental, há, hoje, um ranço tradicionalista ainda muito evidente nas respostas dos professores, o que irá refletir diretamente nas concepções de AL, analisadas no tópico a seguir.

3.2 Concepções de Análise Linguística

Considerando os dados de análise, identificamos quatro concepções de AL nas ações de linguagem dos professores participantes:

- ✓ Análise linguística como estudo da estrutura da língua com ênfase na norma;
- ✓ Análise linguística como estudo da estrutura linguística acrescida dos aspectos de textualidade;
- ✓ Análise linguística como estudo das unidades linguísticas que contribuem para caracterizar gêneros textuais;
- ✓ Análise linguística como recurso metodológico para substituir o ensino de gramática.

Para uma melhor compreensão do quantitativo de cada uma dessas quatro concepções de AL identificadas nas respostas dos professores participantes², apresentamos o Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – concepção de AL dos professores.

AL como estudo da estrutura da língua com ênfase na norma	Análise linguística como estudo da estrutura linguística acrescida dos aspectos de textualidade	AL como estudo das unidades linguísticas que contribuem para caracterizar gêneros textuais.	AL como recurso metodológico para substituir o ensino de gramática
P3,P4,P6,P16,P18	P12,P15,P17	P1,P11,P13	P2,P8,P19,P20

Fonte: elaborado pelas autoras.

² P5, P7, P9, P10 e P14 fugiram ao tema da questão e, portanto, não foram analisados nessa categoria.

Na sequência, procedemos à análise dos trechos das respostas dos professores representativos de cada uma dessas concepções.

AL como estudo da estrutura da língua com ênfase na norma

A concepção de AL como sinônimo de norma foi identificada nas respostas ao questionário dadas por 5 professores, que concebem a AL como estudo da estrutura da língua enfatizando a norma, assim como aborda a gramática normativa. Os recortes abaixo são representativos dessa relação:

Questão 7 :O que você entende por Análise Linguística?

P4: “O estudo das normas da língua padrão e culta.”

P6: “Analisar as diversas situações de registro e uso da língua portuguesa, considerando e revendo as estruturas que seguem a norma padrão culta ou se caracterizam como desvios dessa norma, quer seja na oralidade, quer seja no âmbito da escrita.”

P16: “É o estudo aprofundado da gramática”.

Nesse recorte, podemos verificar que a AL diz respeito ao estudo da estrutura da língua, com ênfase na norma. P4, por exemplo, ao afirmar que a AL se refere a “*O estudo das normas da língua padrão e culta*”, demonstra conceber a AL como sinônimo de gramática normativa na medida em que menciona que a AL estuda as normas da língua, privilegiando a norma padrão e culta.

Também é possível verificar essa noção de AL como sinônimo de norma na resposta dada por P6. Ele aponta para concepção de AL como sinônimo de norma, uma vez que considera como “certas” as estruturas que seguem a norma padrão culta e como erros as demais variedades que fogem a essa norma. Sendo assim, podemos perceber que é bastante evidente, na resposta de P6, a noção de norma/prescrição (“norma padrão culta”, “desvios dessa norma”).

Com relação à P16, verificamos que, *a priori*, sua resposta provoca questionamentos, pois não sabemos a que gramática ele está se referindo. No entanto, ao retomarmos à concepção de gramática dada por este professor (ver tópico 3.1), observamos que ele concebe gramática como sinônimo de norma (gramática normativa). Dessa forma, ao afirmar que AL é o estudo mais aprofundado da gramática, está dizendo que AL estuda, de forma detida, a gramática normativa, ou seja, P16 concebe AL como estudo da estrutura da língua com ênfase na norma.

Sendo assim, podemos afirmar que esses professores não se apropriaram satisfatoriamente do significado de AL, já que o associaram, apenas, ao estudo da gramática normativa, ou seja, identificação das normas linguísticas.

Relacionando as respostas dadas ao questionário pelos professores com as concepções de gramática e AL, verificamos uma convergência entre os conceitos, uma vez que, de um modo geral, os professores possuem tanto uma concepção normativa de gramática, quanto de AL. Acreditamos que isso ocorre devido à gramática servir de base para a prática de AL. Desse modo, observamos que P3, P4 e P16 apresentam uma mesma concepção normativa de gramática e de AL, e, não seria descabido dizer, numa relação de equivalência entre elas.

Já P6 e P18 apresentam uma divergência entre esses conceitos, ou seja, a concepção de gramática não está atrelada à de AL. P6 e P18 definem gramática como descritiva e AL como sinônimo de norma.

Em suma, podemos inferir, a partir desses dados, que esses professores apontam para uma concepção estruturalista de língua e, muito provavelmente, realizam um ensino prescritivo de gramática.

Análise linguística como estudo da estrutura linguística acrescida dos aspectos de textualidade

Aqui temos um grupo de respostas que possuem uma semelhança em relação ao grupo anterior, que é o aspecto estrutural. No entanto, eles apresentam uma diferença, pois avançam no sentido de que acrescentam alguns aspectos de textualidade, ou seja, dão ênfase não à norma, mas a esses aspectos mencionados. Por essa razão, esse grupo se encontra separado do anterior. Essa concepção foi identificada nas respostas de 3 professores, que ampliam a noção de estrutura, ou seja, a gramática não diz respeito apenas à estrutura da língua, ela envolve outros aspectos, tais como: coesão, coerência, entre outros, como podemos verificar no recorte abaixo:

Questão 7: O que você entende por Análise Linguística?

P12: “Análise linguística refere-se a uma reflexão mais cuidadosa sobre a língua, percebendo coesão e coerência, pontuação, ortografia, a fim de que se evite inadequação na escrita”.

P15: “A análise linguística refere-se ao entendimento de todos os atributos que envolvem a linguagem, seus aspectos de coesão, coerência e demais conteúdos”.

P17: “Análise linguística é o termo mais lato, mais amplo dos estudos linguísticos. Não se refere apenas à norma, à gramática enquanto regra, mas análise das variantes, da multiplicidade de manifestações da língua em uso dinâmico.”(P17)

P12 e P15 remetem para uma concepção de AL ancorada no estudo da estrutura da língua, porém acrescentam os aspectos da textualidade (coesão, coerência e pontuação), ou seja, para tais professores a AL estuda a estrutura da língua juntamente com aspectos textuais. Desse modo, podemos depreender que P12 e P15 apontam para a concepção de AL proposta por Geraldi em 1984, na qual a AL estava ligada à gramática tradicional e a preocupação se restringia a observar aspectos como a coesão, coerência, sintaxe, morfologia e fonologia do texto do aluno. P12, ao citar “*a fim de que se evite inadequação na escrita*”, reitera seu embasamento em Geraldi (1984), pois, para ele, inicialmente, a AL, no ano mencionado, tinha o objetivo de adequar o texto do aluno à norma padrão, ou seja, a partir do erro do aluno, seriam analisadas as suas dificuldades gramaticais, para, posteriormente, o aluno melhorar seu texto (reescrita). Sendo assim, acreditamos que P12 e P15 entendem a AL como forma de adequar o texto do aluno à norma padrão da língua.

P17 também concebe que a AL vai além dos aspectos estruturais da língua. Verificamos que P17 aponta para a importância das outras modalidades da língua, no entanto considera que AL também estuda as regras/normas da gramática normativa.

Relacionando o conceito de gramática e AL apresentados por esses professores, verificamos, mais uma vez, uma convergência entre as definições de gramática e AL, visto que concebem AL como estudo formal da estrutura linguística, acrescida dos aspectos de textualidade, e gramática como sinônimo de norma.

AL como estudo das unidades linguísticas que contribuem para caracterizar gêneros textuais

A terceira concepção foi identificada nas respostas de 3 professores, para quem a AL é uma metodologia de ensino de estruturas linguísticas associadas ao seu uso em textos, fundamentados na linguística textual e na teoria dos gêneros, como podemos observar nas respostas abaixo:

Questão 7: O que você entende por Análise Linguística?

P1: “Análise linguística é o ‘encontro’ dos componentes que constroem o entendimento do texto: estrutura gramatical, funcionalidade do texto, contexto, etc.”.

P11: “Estudo dos elementos linguísticos que levam à compreensão /produção de textos”.

P13: “Estudo de todo o processo e mecanismos que favorecem a elaboração de textos ou que direcionam o processo de leitura: elementos coesivos, implícitos,

pressupostos, dentre outros”.

Essas respostas apontam para uma concepção de AL como estudo da língua em uso observada em textos, a qual considera o texto como unidade de interação e como ponto de partida para o ensino de AL. Essa afirmação se confirma quando as respostas relacionam a AL ao estudo de estruturas linguísticas associadas ao seu uso em textos ou ao estudo das unidades linguísticas no texto. Verificamos, portanto, que esses conceitos apresentados pelos professores estão em conformidade com o de Perfeito (2005) e Mendonça (2006), para quem a AL está vinculada à produção textual e aos gêneros textuais. Essas autoras consideram que a AL possibilita a formação de leitores/escritores de diferentes gêneros textuais.

Em relação à resposta dada por P1, podemos detectar o conceito de texto como interação, baseando-se em teorias do gênero. Considera o estudo da funcionalidade, do contexto, explorando, assim, seu componente linguístico, estilístico, etc. P1, portanto, demonstra a prioridade no estudo das unidades linguísticas levando em consideração seus usos efetivos. Essa resposta está em consonância com o conceito de AL apresentado por Franchi (1977) e Geraldi (1997), quando afirmam que a AL vem a ser uma nova prática pedagógica, que considera o texto, contexto e não mais a frase isolada para o estudo dos fenômenos linguísticos.

Comparando as respostas dadas por esses professores para os dois questionamentos – conceito de AL e conceito de gramática - observamos que P1 e P13, ao conceberem a gramática como descrição da estrutura e funcionamento da língua, reiteram/comprovam o conceito de AL como contribuição para caracterizar gêneros textuais. Verificamos também que essas respostas apontam para uma concepção sociointeracionista de língua, uma vez que consideram o contexto, o sujeito. No tocante ao ensino, identificamos o descritivo, conforme define Travaglia (2009).

P11, por sua vez, apresenta contradições em suas respostas, uma vez que define gramática como normativa e AL como estudo das unidades linguísticas que contribuem para caracterizar gêneros textuais.

AL como recurso metodológico para substituir o ensino de gramática

A quarta concepção de AL foi identificada nas respostas de 4 professores, que concebem a AL como recurso teórico-metodológico para substituir o ensino de gramática, como podemos verificar no recorte a seguir:

Questão 7: O que você entende por Análise Linguística?

P2: “AL é resultado de estudos recentes e constitui uma estratégia metodológica para se trabalhar em sala de aula. É uma alternativa de iniciar o trabalho em sala a partir da leitura, escrita e verificação da linguagem (vocabulário etc.)”.

P8: “É o estudo reflexivo sobre as estruturas da língua”.

P19: “É uma prática de ensino de língua que envolve uma metodologia reflexiva baseada na indução, no direcionamento para a construção dos conhecimentos gramaticais. Essa atividade envolve um trabalho paralelo com habilidades metalinguísticas e epilinguísticas, além de priorizar o texto e preferir questões que exijam comparação e reflexão”.

P21: “É uma reflexão, um pensar sobre o uso e aplicação da língua. Não há necessidade de se memorizar regras e exceções; Compreendo uso e aplicações, o indivíduo verdadeiramente domina sua língua. O falante apropria-se do saber pelo pensar”.

Nesse recorte, podemos verificar que essas respostas partem do ensino de gramática para se chegar ao conceito de AL. P2 explicita que AL é uma estratégia metodológica para substituir o ensino de gramática (baseado, exclusivamente, na metalinguagem). Para ele, a AL vai além do estudo gramatical, leva em consideração os aspectos de leitura e escrita.

Em relação à resposta dada por P19 acerca do conceito de AL, podemos observar que ele deixa claro que os conteúdos gramaticais passam a ser ensinados de outra forma através da AL. Aponta, portanto, para uma definição de AL como um recurso teórico-metodológico para o ensino de unidades linguísticas que prioriza a reflexão e o texto, ou seja, para P19, AL implica reflexão. Identificamos seu embasamento em Franchi (1977) e Geraldi (1984 e 1997), ao serem citadas atividades epilinguísticas e metalinguísticas. Ao mencionar “questões meta e epilinguísticas” dá indícios de seguir os autores acima, considerados mentores dessa classificação de atividades.

P8 e P21 seguem a mesma visão de P19, uma vez que concebem a AL como uma reflexão sobre uso e funcionamento das estruturas linguísticas. P21 reafirma sua concepção de AL como atividade reflexiva, que leva o falante a pensar sobre os usos linguísticos. Outro aspecto observado na resposta de P21 é que, ao citar que não é necessária a memorização de regras e definições, deixa transparecer seu apreço por priorizar os usos em lugar da classificação, ou seja, prioriza a epilinguagem.

Assim, verificamos que a concepção de AL dada por esses professores está de acordo com Franchi (1977), Geraldi (1984, 1997) e Mendonça (2006), no que tange à concepção de AL como alternativa para o ensino que considera as atividades metalinguísticas e epilinguísticas

como fundamentais para a inserção da prática de AL e que tomam como suporte o texto. Podemos perceber que a definição dada por P19 se aproxima do conceito original dessas atividades.

Ao relacionarmos as concepções de gramática e AL explicitadas por esses professores, observamos que P19 é o único que possui uma convergência entre o conceito de gramática e de AL, haja vista que concebe gramática como descrição da estrutura e funcionamento da língua e AL como recurso metodológico para substituir a gramática, que prioriza a reflexão sobre os usos linguísticos.

P8 e P21, por sua vez, apresentam contradições em suas respostas, visto que apresentam uma concepção normativa de gramática e, ao definirem AL, apontam-na como recurso metodológico para substituir o ensino normativo de gramática.

Mediante as respostas analisadas, podemos depreender que há contradições entre as respostas dos professores no questionário com relação ao conceito de gramática e AL. Essa contradição nos leva a inferir que tais professores, provavelmente, não realizam AL em suas aulas, na medida em que demonstraram não compreender a proposta da AL, a ponto de relacioná-la ora ao estudo das estruturas linguísticas com ênfase na norma acrescidas dos aspectos de textualidade ou relacionados aos gêneros textuais ora a uma opção metodológica para substituir o ensino de gramática.

4. Considerações finais

Este trabalho pretendeu observar e analisar as concepções de gramática e de AL de 21 professores das 9 escolas de Campina Grande. Considerando os resultados obtidos, com relação à concepção de gramática, identificamos duas concepções nas respostas dadas ao questionário pelos professores: gramática normativa e gramática descritiva. Já quanto ao conceito de AL, identificamos quatro concepções: AL como estudo da estrutura da língua com ênfase na norma; AL como estudo da estrutura da língua, ampliando a noção de estrutura e associando aos aspectos de textualidade; AL como estudo das unidades linguísticas que contribuem para caracterizar gêneros textuais e AL como recurso teórico metodológico para substituir o ensino de gramática. Embora reconheçamos a complexidade desse assunto, os resultados revelam que os professores demonstram desconhecimento em relação ao conhecimento e prática da AL e concluímos que o principal fator que interfere nesse quadro é a predominância da perspectiva de AL como reconhecimento de regras gramaticais (gramática normativa).

Os resultados ainda confirmam a premissa defendida por Costa Val (2002) de que a disseminação das propostas contidas nos PCN e no PNLD não impediu que os professores de língua materna continuassem reproduzindo os mesmos modelos didáticos.

Assim, podemos depreender que, de um modo geral, o conhecimento demonstrado pelos professores reflete uma lacuna nos cursos de formação, pois, ao analisarmos os dados obtidos, percebemos que não há, na maioria das vezes, discussão nem reflexão sobre a importância da AL na sala de aula, uma vez que os professores demonstraram em suas respostas desconhecerem e não realizarem a prática de AL em suas aulas.

Desse modo, a partir dessas constatações, sugerimos que o estudo de AL associado ao seu ensino se torne mais concreto no curso de Letras, tendo em vista sua importância para a formação de professores de língua. Enfatizando-se esse estudo na graduação e pós-graduação, provavelmente, teremos nas escolas um estudo reflexivo sobre a língua.

Além disso, fazem-se necessárias mudanças na formação do professor, pois os licenciandos precisam ter experiências várias com essa proposta metodológica de ensino, de forma que possam ir para a sala de aula realizar a AL e, para que, ao concluírem a graduação, sintam segurança em aplicar essa metodologia nas aulas de Língua Portuguesa.

A relevância da temática aqui enfocada é justificada pela verificação de que, apesar de haver uma discussão significativa acerca da prática de AL, muitos professores continuam a ensinar gramática normativa em sala de aula, de modo desarticulado às práticas de leitura e escrita. Sendo assim, a formação docente parece não garantir meios suficientes para que o ensino de conhecimentos linguísticos seja realizado de maneira satisfatória, ou seja, propicie reflexão sobre a língua e seu uso adequado às situações comunicativas.

Os resultados obtidos sinalizam que a contribuição significativa da prática de AL ao ensino de língua materna ainda não pode ser considerada legítima, em virtude da ausência de condições mínimas de sua apropriação pela maioria dos professores. E esse quadro evidenciado em uma cidade do interior do Estado da Paraíba parece ser representativo do que acontece no panorama nacional. Preocupa-nos, pois, o fato de que após quase seis décadas de questionamentos, incômodos, reflexões, debates e proposições em relação à abordagem tradicional de gramática, ainda não possamos identificar uma mudança teórico-metodológica significativa por parte dos professores em suas salas de aula. Dessa forma, acreditamos que este trabalho pode contribuir para uma rediscussão da implementação efetiva da proposta de AL nas salas de aula, garantida pelos cursos de formação docente.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, I. **Muito além da gramática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

APARÍCIO, A. S. M. **A produção da inovação em aulas de gramática do ensino fundamental II da escola pública estadual paulista**. 2006. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

BEZERRA, M. A.; REINALDO, M. A. **Análise linguística, afinal, a que se refere?** São Paulo: Cortez, 2013. 95 p.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) - 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**. Ministério da Educação e de Desportos Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, MEC/SEF, 1998.

COSTA VAL, M. da G. A gramática do texto, no texto. In: **Revista de Estudos da Linguagem**. v. 10. nº 2. Faculdade de Letras da UFMG, Jul/Dez 2002.

FRANCHI, C. Linguagem: atividade constitutiva. **Almanaque**. São Paulo: Brasiliense, n. 5, 1977.

GERALDI, J. W. Unidades básicas do ensino de português. In: _____ (org.). **O texto na sala de aula: leitura e produção**. Cascavel: Assoeste, 1984, p.49-69.

_____. No espaço do trabalho discursivo, alternativas. In: _____. **Portos de passagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p.115-189.

MENDONÇA, M. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um novo objeto. In: BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (orgs.). **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola, 2006, p.199-226.

NEVES, M. H. de M. **A gramática: história, teoria, análise e ensino**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

PERFEITO, A. Concepções de linguagem, teorias subjacentes e ensino de língua portuguesa. In: SANTOS, A. R. d.; RITTER, L. C. B. (orgs.). **Formação de professores**, EAD, nº 18. Maringá: EDUEM, 2005, p.27-79.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. – Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.

TRAVAGLIA, L.C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. – 14. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

Artigo recebido em: 14.01.2017

Artigo aprovado em: 16.02.2017